



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
***CAMPUS* POLO DE PIO IX**
CURSO ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

FRANCIELE NOESTIA COSTA DE ALENCAR

**REVISÃO SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ALUNOS COM NECESSIDADES
ESPECIAIS NO ENSINO INFANTIL**

PIO IX - PI
2023

FRANCIELE NOÉSTIA COSTA DE ALENCAR

**REVISÃO SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ALUNOS COM NECESSIDADES
ESPECIAIS NO ENSINO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico) apresentado como exigência parcial para obtenção do diploma do Curso de Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus de Pio IX.

Orientador: Prof. Dr. Manuel Gonçalves da Silva Neto.

PIO IX - PI

2023

FRANCIELE NOÉSTIA COSTA DE ALENCAR

**REVISÃO SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ALUNOS COM NECESSIDADES
ESPECIAIS NO ENSINO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico) apresentado como exigência parcial para obtenção do diploma do Curso de Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus de Pio IX.

Aprovada em: 08 /12/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Manuel Gonçalves da Silva Neto – IFPI
Orientador e Presidente da Banca

Prof. Antonio Marcos Firmino da Silva
Membro avaliador

Prof. Dr. Wandson do Nascimento Silva
Membro avaliador

Prof. Joaquina Maria Portela Cunha Melo
Membro avaliador

REVISÃO SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO ENSINO INFANTIL

Franciele Noéstia Costa de Alencar¹
Prof. Dr. Manuel Gonçalves da Silva Neto.²

RESUMO

É crescente o número de crianças com necessidades especiais em processo de ingresso na escola regular, principalmente no âmbito da Educação Infantil. Com base nesse entendimento, o objetivo geral da pesquisa consistiu em apresentar um panorama de problemáticas enfrentadas na educação inclusiva por alunos e professores. Foi a partir dessa definição, alinhada com observações feitas pela pesquisadora, que emergiu a seguinte problemática de pesquisa: quais as principais dificuldades enfrentadas por alunos e professores na educação inclusiva no Ensino Infantil? Para a resolução desse questionamento, além do alcance dos objetivos da pesquisa, foi realizada uma revisão integrativa de literatura em estudos já publicados em plataformas digitais, utilizando como mecanismo principal o Google Acadêmico, utilizando palavras chave: “educação inclusiva”, “formação continuada de professores”, “educação infantil”, e “dificuldades de inclusão no ensino infantil”. Além disso, foi montada uma nuvem de palavras através da plataforma *WordClouds*. Os resultados indicam que as problemáticas desse contexto contemplam alguns fatores importantes e, o mais mencionado está voltado para os professores, assim como para a escola e o Estado, que deve oferecer o suporte necessário para o suprimento das demandas existentes no cenário educacional.

Palavras-chave: Ensino Infantil. Educação Inclusiva. Professores. Formação continuada.

ABSTRACT

The number of children with special needs in the process of entering regular school is increasing, especially in the context of Early Childhood Education. Based on this understanding, the general objective of the research was to present an overview of problems faced in inclusive education by students and teachers. It was from this definition, aligned with observations made by the researcher, that the following research problem emerged: what are the main difficulties faced by students and teachers in inclusive education in Early Childhood Education? To resolve this question, in addition to achieving the research objectives, an integrative literature review was carried out on studies already published on digital platforms, using Google Scholar as the main mechanism, using key words: “inclusive education”, “continuing training of teachers”, “early childhood education”, and “difficulties of inclusion in early childhood education”. Furthermore, a word cloud was created using the *WordClouds* platform. The results indicate that the problems in this context include some important factors and the most mentioned is focused on teachers, as well as the school and the State, which must offer the necessary support to meet the demands that exist in the educational scenario.

Keywords: Early Childhood Education. Inclusive education. Teachers. Continuing training.
Data de aprovação: 08 de dezembro de 2023.

¹ Currículo sucinto do(a) autor(a). Instituição de ensino. E-mail.

² Currículo sucinto do(a) professor(a) orientador(a). Instituição de ensino. E-mail.

INTRODUÇÃO

É crescente o número de crianças com necessidades especiais em processo de ingresso na escola regular, principalmente no âmbito da Educação Infantil. Tal crescimento é embasado na busca pela inclusão, que tem sido cada vez mais marcante no cenário educacional, resultando em grande mobilização pela sociedade brasileira e, consequentemente, em melhoramento desse processo introdutório (Lockmann; Klein, 2022). Dados do Ministério da Educação (MEC) dão conta de que, somente no ano de 2017, foram ultrapassadas barreiras de cerca de um milhão de alunos atendidos em escolas do ensino regular, chegando a mais de um milhão e cem mil em 2018 (Brasil, 2019).

Desde o período em que foi estabelecida a Declaração de Salamanca, ainda no ano de 1994, passou a ser reafirmado o direito à educação que as crianças e adolescentes com necessidades especiais também possuem, com a ressalva de que esse deve ser oferecido sem qualquer tipo de distinção. Apesar de ainda ser classificado como um processo lento, principalmente quando se trata do ensino público, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996), o Estado passou a ser o principal responsável de garantir o direito gratuito à educação básica, além de aumentar o número de vagas e profissionais qualificados para esse entendimento. Foi dentro desse mesmo contexto que passou a ser definida a educação inclusiva, tendo em vista a garantia do ensino para todos, independentemente das limitações pessoais do aluno.

Apesar de todas essas definições, dentro do cotidiano escolar é possível de serem encontradas limitações em relação às instituições de ensino, principalmente no que se refere à aptidão no recebimento de alunos com deficiência. Essas limitações estão relacionadas a diversos fatores, desde a estrutura física (Souto, *et. al*, 2021), até mesmo a defasagem na formação dos profissionais da educação (Malheiros; Forner; Souza, 2020). Essa situação se torna ainda mais agravante no tocante à Educação Infantil, pois, a maioria das crianças que possuem alguma necessidade especial, não consegue o diagnóstico para um acompanhamento correto, ocasionado, muitas vezes, por resistência dos familiares que não o aceitam ou identificam, o aumento da dificuldade do trabalho pedagógico (Souza; Souza, 2021).

Considerando a proposta de educação inclusiva como uma importante ação pública brasileira referendada em suas políticas educacionais, é possível então entender o movimento de reorganização da escola, no qual deve ser reiniciado, primeiramente, pela educação infantil, tendo em vista o alcance da definição estabelecida por lei (Lockmann; Klein, 2022.). Ciente dessas informações, tendo em vista a exploração dessa temática, o presente estudo foi

desenvolvido a partir da definição de objetivos. O objetivo geral consistiu em apresentar um panorama de problemáticas enfrentadas na educação inclusiva por alunos e professores. Os objetivos específicos foram: identificar o papel da escola na educação inclusiva infantil, evidenciar a importância da formação continuada para os profissionais da educação no acolhimento de crianças com deficiência e, elencar soluções e/ou alternativas apresentadas por autores para o enfrentamento de problemáticas enfrentadas na educação inclusiva por alunos e professores.

A definição dos objetivos supramencionados ensejou a formulação da problemática de pesquisa: quais as principais dificuldades enfrentadas por alunos e professores na educação inclusiva no Ensino Infantil? Tendo em vista o alcance de respostas para a problemática definida, bem como dos objetivos mencionados, foi feita uma revisão integrativa de literatura em estudos já realizados, publicados em plataformas digitais, utilizando como mecanismo principal o *Google Acadêmico*, utilizando palavras chave: “educação inclusiva”, “formação continuada de professores”, “educação infantil”, e “dificuldades de inclusão no ensino infantil”.

Nesse processo de análises e buscas, foram feitas seleções de estudos que corroborassem o alcance dos objetivos definidos. É importante salientar que um do critério de inclusão estava relacionado à margem temporal da publicação, contemplando um período de 10 anos de publicação, variando do ano de 2012 ao ano de 2022, além de tratarem de educação inclusiva nos seus mais diversos aspectos. Desse modo, foram feitas análises exploratórias, assim como descritivas, direcionando assim ao alcance de resultados que foram apresentados no decorrer do presente estudo.

Diante deste panorama, a presente pesquisa pode contribuir tanto para a sociedade comum, que faz uso do sistema educacional, como para a comunidade acadêmica, pois apresenta reflexões importantes no que tange a inclusão de alunos com necessidades especiais no Ensino Infantil, além de discutir sobre pontos importantes no que se refere às dificuldades sentidas pelos professores e alunos, assim como das soluções para essas que podem ser definidas como problemáticas no cenário educacional.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

As escolas contemporâneas foram desenvolvidas com o objetivo de oferecimento de educação de qualidade, que possam alcançar os mais diversos públicos. Entretanto, a demanda de alunos com necessidades especiais tem aumentado cada vez mais, sendo diretamente proporcional à necessidade de aumento no número de profissionais capazes de realizar o acolhimento desses alunos, o que acaba por limitar de maneira considerável a abrangência do ensino para todos, pelo menos com a mesma qualidade (Lockmann; Klein, 2022). Com base nesse entendimento, considerando a importância da abordagem sobre a educação inclusiva, se torna essencial conhecer conceitualmente sobre o que trata a inclusão, assim como as principais dificuldades que acabam por tornar esse assunto cada vez mais desafiador (Antenor Neto, *et. al*, 2018).

2.1. Inclusão: conceito e principais dificuldades

Tratar sobre inclusão nos dias atuais, apesar de ser um assunto cada vez mais debatido, ainda pode ser classificado como algo desafiador (Antenor Neto, *et. al*, 2018). Por mais que as lutas por um processo de inclusão nos mais diversos ambientes estejam travadas, esse ainda se trata de um campo ainda desconhecido e que necessita de maiores abordagens, a fim de que sejam reduzidos os índices de polêmicas e, sobretudo, de desigualdades que são evidentes no universo de pessoas com algum tipo de necessidade especial (Lockmann; Klein, 2022).

Em termos gerais, podemos iniciar essa discussão lançando o seguinte questionamento: o que significa de fato incluir? Segundo dados obtidos do dicionário Aurélio (2010), incluir pode ser compreendido como o processo que tem como consequência a inclusão em algum lugar, ou em algo, podendo ser uma ideia, um projeto, ou qualquer coisa na qual o homem pode atuar ativamente ou mesmo passivamente. É nesse sentido que Dutra (2014) relaciona a inclusão diretamente com o contexto escolar, principalmente pelo fato de que esse é um ambiente no qual o ser humano desenvolve as suas primeiras habilidades na escrita.

Camargo (2017) corrobora o entendimento acerca de inclusão quando afirma o seguinte:

O conceito de inclusão vem sendo amplamente e demasiadamente mal compreendido segundo a interpretação do senso comum. Esta crítica diz respeito ao

fato de o mesmo ser “aplicado” apenas aos estudantes, público-alvo da educação especial, e ao contexto educacional. É frequente a manifestação pública de expressões equivocadas como: “aluno de inclusão” e “sala de inclusão” (Camargo, 2017, p. 1).

Através dessa descrição dada pelo autor, é possível compreender que, ao tempo em que a inclusão trata acerca de uma causa muito importante, referindo-se, na maior parte das vezes, ao cenário educacional, o seu conceito deixa de ser aplicado em outros âmbitos que necessitam também de inclusão. Desse modo, podemos compreender que, mesmo dentro de um cenário no qual as pessoas não tenham necessidades especiais, é necessário também ser incluso, seja em um ambiente, ou em um meio para o desenvolvimento da personalidade (Camargo, 2017).

Relacionando esse entendimento ao fator escolar, entende-se que a inclusão é necessária, principalmente para que seja alcançado o objetivo de uma educação democrática e acessível para todos. Porém, mesmo com tantos debates levantados acerca dessa questão, ainda são feitos questionamentos referentes à superação de metodologias que englobem somente alunos que não possuem necessidades especiais e, consequentemente, provocando desigualdade na aprendizagem.

De maneira mais clara, é possível compreender que o próprio ambiente escolar, quando não possui o devido preparo em relação ao recebimento de alunos com necessidades especiais, acaba corroborando para esse aumento da desigualdade, assim como da impossibilidade de os alunos com necessidades acompanharem os demais que não possuem o atendimento especializado (Lockmann; Klein, 2022). Em termos gerais, assim como relatam Antenor Neto *et. al*, (2018), a inclusão e a desigualdade possuem uma linha tênue, principalmente quando relacionado dentro do espaço educacional.

É nesse sentido que Dutra (2014) enfatiza a necessidade de que sejam realizados debates, com ênfase nas escolas, para que sejam anunciadas as necessidades de mudanças. Lockmann e Klein (2022) ressaltam que as mudanças que podem ocorrer no espaço educacional, iniciando no Ensino Infantil, acabam alcançando outras esferas da sociedade, pois é formado um perfil de cidadão que consegue relacionar a importância da inclusão e, sobretudo, a promover.

Camargo (2017, p. 1) auxilia nesse entendimento quando relata que “os grupos de pessoas, nos contextos inclusivos, têm suas características idiossincráticas reconhecidas e valorizadas. Por isto, participam efetivamente”. Desse modo, fica compreendida que a inclusão promove realização de outras atividades importantes e, por isso, os debates em torno

dessa temática reduzem as dificuldades enfrentadas para a consolidação desse processo.

As dificuldades encontradas no processo de inclusão escolar, mesmo em um período no qual esse ainda não era um assunto tão evidente nessa esfera da sociedade, já demonstrava preocupações em inserir alunos com alguma necessidade especial em práticas escolares. Foi nesse sentido que Dutra (2014) relatou que, mesmo com os avanços obtidos, ainda se questiona se as escolas do país já superaram as metodologias e práticas vivenciadas anteriormente na educação. Tudo indica que, a despeito de apregoar mudanças, a escola ainda continua ressaltando determinada resistência em não priorizar uma nova prática que, apesar de depender de inúmeros fatores, alcançaria resultados que poderiam oferecer não somente melhores resultados na educação, como também oportunidades para o melhoramento do processo de ensino-aprendizagem como um todo.

Ainda dentro desse contexto, fica evidente a necessidade de que os professores busquem por aperfeiçoamento na área de inclusão escolar, tendo em vista o melhoramento das suas práticas e metodologias aplicadas em sala de aula. Entretanto, é necessário destacar, assim como relatam Fiorini e Manzini (2016), a responsabilidade não pode ser somente atribuída ao professor, principalmente pelo fato de que o Estado, assim como as instituições de ensino privadas, possuem responsabilidade efetiva em preparar não somente os seus profissionais, mas também o ambiente para o recebimento de alunos com essas particularidades.

2.2. A inclusão e o papel da escola

Quando falamos educação para todos, estamos falando da inclusão. Ela deve e precisa ser compreendida como um eixo norteador a legitimação da diferença (diferentes práticas pedagógicas), ou seja, o aluno com deficiência precisa ser inserido na sala regular de ensino, tendo o mesmo objeto de conhecimento das outras crianças. Quando se inclui uma criança com deficiência no âmbito educacional estamos proporcionando o mesmo direito das demais.

A Declaração de Salamanca (1994) estabelece que: toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades.

Segundo A Declaração dos Direitos da Criança no princípio 5º “Às crianças incapacitadas física, mental ou socialmente serão proporcionados o tratamento, a educação e os cuidados especiais exigidos pela sua condição peculiar”. A mesma é de grande importância para a inclusão de crianças especiais no espaço educacional tendo em vista que as mesmas podem ser diferentes das demais no aspecto físico e mental, porém iguais em questão de direitos.

A Constituição Brasileira de 1988 garante o acesso ao Ensino Fundamental regular a todas as crianças e adolescentes, sem exceção. E também enfatiza que a criança com deficiência deve receber atendimento especializado complementar, de preferência dentro da escola. O ensino voltado para crianças deficientes deve ser planejado de maneira diferenciada, mas não excludente, visto que a própria necessidade exige essa atitude do professor. Sendo assim, o professor precisa estar preparado para lidar com situações que envolvam crianças deficientes.

Assim preleciona Lopes (2007) sobre esta temática: Lopes (2007) nos alerta que a inclusão chega à escola como uma metanarrativa revolucionária, pretensiosa sendo necessário examiná-la detida e cuidadosamente o que (...) não significa lutar para inviabilizá-la, mas significa uma tentativa de pensá-la para além do binômio reducionista do incluído ou do caráter salvacionista que a inclusão parece carregar (Lopes, 2007, p. 1).

Ou seja, no momento de inserirmos crianças com NEE não devemos fazê-lo como uma medida assistencialista, muito menos estacionarmos apenas nas discussões de oposições binárias entre inclusão e exclusão. Muito antes pelo contrário, devemos analisá-la como direito garantido de todos à educação que (...) pretende não impor para tais alunos facilidades ou dificuldades diferentes dos demais, apenas pensar em estratégias diferentes de planos de ações. (Lopes, 2007, p. 1).

Segundo Lopes (2007), a inclusão tem sido um tema cada vez mais abordado. Entretanto, ela não é de fato realizada. É natural vermos gestores educacionais e professores que sempre encontram barreiras para a concretização da inclusão. Quando não pior, os veem apenas como uma ferramenta assistencialista, acreditando que o simples fato das crianças deficientes já estarem em uma Instituição regular de ensino é o suficiente (Dutra, 2014)..

A autora ainda afirma que administradores escolares e professores que assumem tais posturas desconsideram que todos possuem o direito à aprendizagem e ao ensino de qualidade que respeitem as peculiaridades de cada um. Os professores das salas regulares não estão

preparados para receber os alunos com deficiência (Dutra, 2014).

Para que a inclusão aconteça é necessário que o educador tenha dedicação, respeito e qualificação, pois muitos deles se sentem desqualificados ou pouco se interessam em colaborar com o desempenho dessas crianças. Quando uma professora diz “não quero esse menino em minha sala”, podemos interpretar sua recusa como má vontade, medo, pouca colaboração... ou como a tradução do desejo de contribuir para o sucesso na aprendizagem do aluno, para qual se sente desqualificada, (Carvalho, 2004, p. 74).

Pensando nisso é necessário que as instituições tenham salas de atendimento educacional especializado, com profissionais habilitados para esse atendimento tão especial. A sala do AEE é um atendimento diferenciado da sala regular, a criança será atendida pela psicóloga e a psicopedagoga as quais trabalham o potencial da criança, descobrindo as habilidades dos mesmos

2.3. Atendimento Educacional Especializado

O Atendimento Educacional Especializado é garantido por lei. Entretanto, ele não é obrigatório e acaba por ser direcionado à família optar ou não pelo atendimento, sabendo que este atendimento contribui para o desenvolvimento da aprendizagem da criança. Todo esse processo no ensino surgiu com objetivo de contribuir para que a educação inclusiva acontecesse de fato e de direito, possibilitando assim, que todos tenham acesso a esse atendimento. A resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009 no artigo 2º estabelece que o atendimento educacional especializado tem como função eliminar as barreiras para plena participação na sociedade, complementando e suplementando a formação do aluno (Carvalho, 2004).

Segundo Siluk (2012, p. 39) “A Educação Especial por um tempo organizou se seus serviços de forma que todos os alunos com necessidades educacionais especiais eram atendidos por essa modalidade de ensino”. Hoje esse atendimento educacional especializado não é mais para todas as necessidades, embora deveria ser.

Para que seja feito o atendimento a essas crianças é viável que o AEE seja oferecido dentro da própria escola, tendo em vista uma maior interlocução entre o professor do AEE e o professor do ensino comum. Essa interlocução contribui para um melhor atendimento e melhor desenvolvimento de aprendizagem. Visto que todo esse processo de ensino e aprendizagem necessita de infraestrutura e capacitações visando não só esse atendimento

especializado, como também melhorais em toda rede de ensino (Dutra, 2014).

2.4. O papel da escola no processo de inclusão na infância

A escola como um todo tem papel significativo no processo de inclusão na educação infantil. A mesma deve buscar em conjunto com o município formular uma política educacional inclusiva visando sempre a melhoria no desenvolvimento das crianças, principalmente os grupos especiais. Desse modo, cabe à escola tomar a iniciativa de reunir ações que possibilitem seguridade social que atendam às necessidades de desenvolvimento e aprendizagem na infância. Tais ações promoverão a conscientização tanto da equipe técnica da escola quanto dos alunos, contribuindo para que todos compreendam a importância da inclusão.

Lockmann e Klein (2022) enfatizam que é necessário que a escola elabore um projeto pedagógico que esteja à frente de uma visão assistencialista de educação compensatória. Os autores ressaltam que, no documento, não pode existir a possibilidade de pensar sobre a educação inclusiva como uma prática voltada ao assistencialismo, mas sim como uma possibilidade inclusiva, tendo em vista o desenvolvimento de ações democráticas e, sobretudo, humanas.

Ainda segundo os autores, o processo de implementação de um projeto para educação inclusiva demanda vontade política, planejamento e estratégias para capacitação continuada dos professores do ensino regular em parceria com professores especializados, dirigentes e equipe técnica dos centros de educação infantil, visando construir e efetivar uma prática pedagógica que lide com níveis de desenvolvimento e processos de aprendizagem diferenciados, buscando juntos a solução dos conflitos e problemas que surjam nesse processo (Lockmann; Klein, 2022).

A escola, por sua vez, tem a finalidade de organizar o espaço físico, um local adequado que vise a importância de contribuir a eliminação das barreiras arquitetônicas, disponibilizar materiais, mobiliários, brinquedos e jogos para um melhor ensino/aprendizagem das crianças com deficiência, isso proporcionará a essas crianças estímulos mais eficazes no seu desenvolvimento.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa realizou uma revisão integrativa de literatura em estudos já realizados, publicados em plataformas digitais, utilizando como mecanismo principal o *Google Acadêmico*, utilizando palavras chave: “educação inclusiva”, “formação continuada de professores”, “educação infantil”, e “dificuldades de inclusão no ensino infantil”. Um dos critérios de inclusão estava relacionado à margem temporal da publicação, contemplando um período de 10 anos de publicação, variando do ano de 2012 ao ano de 2022, além de tratarem de educação inclusiva nos seus mais diversos aspectos e que estivessem escritos em Língua Portuguesa.

Os critérios de inclusão utilizados para a realização da abordagem descritiva no decorrer da presente pesquisa foram:

C1: inclusão de artigos publicados entre os anos de 2012 e 2022;

C2: inclusão de artigos que retratassem sobre a perspectiva da educação inclusiva infantil;

C3: inclusão de artigos que abordassem sobre as dificuldades no processo de educação inclusiva infantil;

C4: inclusão de artigos que apresentassem soluções para enfrentamento de problemáticas enfrentadas na educação inclusiva por alunos e professores.

Considerando a necessidade de abordagem descritiva para o alcance dos objetivos da pesquisa, foram realizadas análises exploratórias, assim como descritivas, segundo o que Gil (Gil, 2019) entende como a possibilidade de maior familiaridade do pesquisador para com a temática analisada. Essa compreensão oferecida por Gil (2019) direcionou ao processo de análise e discussão dos dados, momento em que foi possível robustecer, através desse processo sistemático de análises, o entendimento acerca da educação inclusiva em um cenário de Ensino Infantil.

No processo de seleção dos estudos, foram consideradas problemáticas: “são realizadas abordagens sobre dificuldades enfrentadas por alunos e professores na educação inclusiva no Ensino Infantil?”, “são apresentadas soluções para problemáticas no processo de educação inclusiva infantil?”, “é apresentado o papel da escola nesse processo de inclusão?”. Obteve-se 15 artigos candidatos a partir das bases digitais, então foi realizada filtragem aplicando os critérios de inclusão e exclusão que resultaram em 6 artigos finais os quais foram

avaliados e sintetizados de acordo com as questões de pesquisa. A listagem completa dos artigos contendo os critérios de exclusão pode ser encontrada no repositório de dados:

Tendo em vista a completude dos resultados da pesquisa, foi criada uma nuvem de palavras através da plataforma digital *WordClouds*, na qual foram inseridos os resumos dos artigos selecionados a partir dos critérios de inclusão, apresentando assim os termos de maior incidência nas partes analisadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção da pesquisa apresenta os resultados e discussões realizadas ao serem tomados como base os estudos selecionados, visto que se trata de uma revisão integrativa de literatura. O Quadro 1 apresenta uma síntese dos artigos aprovados no processo de filtragem.

Quadro 1- Artigos selecionados sobre educação inclusiva no ensino infantil

Nº	TÍTULO	AUTOR (ANO)	OBJETIVO
1	Inclusão escolar e educação infantil: um estudo de caso	Pereira; Matsukura (2013)	Levantamento, segundo a perspectiva das professoras, das crianças com necessidades especiais inseridas em creches da rede municipal da cidade de Catanduva,
2	Educação inclusiva na educação infantil	Silva; Santos; Rios (2022)	Compreender as dificuldades enfrentadas pelos/as estudantes com deficiência na educação infantil a partir da visão dos/as professores/as em uma unidade escolar de Jaguarari.
3	Educação inclusiva na educação infantil	Cerqueira <i>et. al</i> (2021)	Proporcionar uma reflexão sobre a Educação Inclusiva na Educação Infantil, levando em consideração ser um tema polêmico e que se depara diariamente com inúmeras dificuldades.
4	A escola e a educação inclusiva: professoras e alunos em cena	Ferreira; Lopes (2016)	Analisar tópicos da educação inclusiva relativos a professoras e alunos.
5	A inclusão do aluno com autismo na educação infantil: desafios e possibilidades	Paula; Peixoto (2019)	Promover uma reflexão acerca das concepções históricas que têm influenciado o processo de inclusão dos alunos com autismo, apontar os desafios e as possibilidades enfrentados pela escola perante este processo de inclusão.
6	Desafios no processo de educação inclusiva para crianças com transtorno do espectro autista	Carneiro <i>et. al</i> , (2021)	Analisar os desafios no processo da educação inclusiva para crianças com transtorno do espectro autista.

Fonte: Da autora, com base nos dados coletados (2023).

O primeiro artigo, intitulado “Inclusão escolar e educação infantil: um estudo de caso” (Pereira; Matsukur, 2013), realizou um levantamento, segundo a perspectiva das professoras,

das crianças com necessidades especiais inseridas em creches da rede municipal da cidade de Catanduva. As análises realizadas pelos autores constataram que, mesmo diante da demanda de crianças com necessidades especiais, as profissionais não se sentiam preparadas para o desempenho das suas respectivas funções. Os próprios autores, ancorados pela literatura e em concordância com o que Lockmann e Klein (2022) também afirmam, sinalizam a necessidade de formação do educador de maneira mais específica, tendo em vista o atendimento da necessidade infantil.

Folha e Carvalho (2017) salientam como é essencial que as escolas infantis possuam profissionais capacitados para o atendimento de todas as crianças pelo fato de que elas caracterizam não somente um espaço de aprendizagem de conteúdos específicos. Na realidade, a escola representa um cenário que direciona o indivíduo à apropriação da cultura, bem como do estabelecimento das suas primeiras relações sociais. Desse modo, é essencial que os profissionais sejam capacitados para que todas as crianças se sintam acolhidas, participando de todos os momentos e, através disso, possam ser formados sujeitos sociais críticos, reflexivos e atuantes no seu meio social.

O segundo estudo analisado, de título “Educação inclusiva na educação infantil” (Silva; Santos; Rios, 2022), teve como objetivo compreender as dificuldades enfrentadas pelos/as estudantes com deficiência na educação infantil a partir da visão dos/as professores/as em uma unidade escolar de Jaguarari. Através dessas buscas, os autores identificaram que uma das principais problemáticas também está relacionada à formação e qualificação dos profissionais da educação. Segundo a fala dos autores, que relatam: “percebemos as dificuldades enfrentadas pelas professoras na sua prática educativa justamente por não ter nenhum tipo de formação adequada para atuar com essas pessoas”, a alternativa viável para a dissolução da problemática é o investimento em formação continuadas dos professores.

Além dos aspectos mencionados, que são diretamente relacionados às questões teóricas e também práticas do processo de formação desses profissionais, Silva, Santos e Rios (2022) relacionam as dificuldades no processo de inclusão no âmbito infantil quando identificaram a escassez de materiais didáticos que possam corroborar o melhoramento da inclusão. Nesse mesmo sentido, Branchi, Winterhalter e Borges (2023) a produção de materiais didáticos, bem como o desenvolvimento de outras atividades voltadas para o estímulo de potencialidades de crianças com algum tipo de necessidades especiais, são essenciais para o enfrentamento de dificuldades nesse cenário.

Pimentel (2012) entende que, quando se trata de educação voltada para crianças com necessidades especiais, existem aspectos singulares e importantes que contribuem e podem ser fatores determinantes para a consolidação do processo, como é o caso de:

reconhecimento das peculiaridades e diversidade do processo de aprendizagem; a percepção das potencialidades do estudantes com deficiência de modo que possa planejar práticas pedagógicas que considerem as necessidades dos educandos, promovendo a adaptação do currículo escolar, isto é, modificando objetivos, formas de mediação pedagógica, metodologias, recursos didáticos, tempo de ensino e aprendizagem ou instrumentos de avaliação, quando necessário. (Pimentel, 2012, p. 152)

É neste sentido que percebe-se o alinhamento com os conceitos de Folha e Carvalho (2017) ao destacarem que, dentro de um planejamento direcionado para alunos com deficiência, não se pode limitar a capacidade desses alunos, ainda que sejam notadas dificuldades para a realização de atividades. Branchi, Winterhalter e Borges (2023) enriquecem o debate destacando que todos os seres humanos possuem capacidades de realizações, assim com fragilidades que limitam a execução de algo e, desse modo, não é viável que um aluno com necessidade especial seja limitado de realizar alguma atividade pela sua especificidade.

O terceiro estudo, que também recebeu como título “Educação inclusiva na educação infantil”, foi realizado por Cerqueira *et. al*, (2021), com o objetivo de proporcionar uma reflexão sobre a Educação Inclusiva na Educação Infantil, levando em consideração ser um tema polêmico e que se depara diariamente com inúmeras dificuldades. Os resultados obtidos pelos autores são relacionados aos que vêm sendo mencionados nos demais estudos:

A capacitação dos professores requer uma atenção especial, estes devem se sentir preparados para trabalhar com a diversidade, pois trata-se de uma forma de como lidar com a diversidade em sala de aula e não especificadamente com as deficiências, mas este professor não pode estar sozinho, deverá ter uma rede de apoio, na escola e fora dela, para viabilizar o processo inclusivo (Cerqueira, *et. al*, 2021, p. 615)

A questão relacionada ao professor e a sua formação, interligada ao papel importante da escola, dão ênfase ao que tem sido possível notar nas análises até então realizadas. Esse entendimento vai ao encontro do que a Declaração de Salamanca também afirma sobre a inclusão escolar:

Para crianças com necessidades educacionais especiais uma rede contínua de apoio deveria ser providenciada, com variação desde a ajuda mínima na classe

regular até programas adicionais de apoio à aprendizagem dentro da escola e expandindo, conforme necessário, a provisão de assistência dada por professores especializados e pessoal de apoio externo (Declaração De Salamanca, 1994).

Seguindo dentro dessa mesma perspectiva, é possível refletir que a escola também possui um papel fundamental nesse processo, assim como todos os envolvidos no cenário educacional. Assim, ao tempo em que o professor deve realizar buscas para que ele seja cada vez mais capacitado, é dever também do Estado e das instituições de ensino oferecer subsídio para o desenvolvimento de habilidades e melhoramento das capacidades dos profissionais da educação (Lockmann; Klein, 2022)

A quarta análise foi realizada no estudo que recebeu como título “A escola e a educação inclusiva: professoras e alunos em cena”, realizado por Ferreira e Lopes (2016), objetivando analisar tópicos da educação inclusiva relativos a professoras e alunos. Segundo as autoras, “os resultados apresentados no artigo apontam desafios ligados ao desconforto e queixa pelo despreparo pedagógico para o exercício de uma educação inclusiva, por parte das professoras” (Ferreira; Lopes, 2016, p. 441).

A percepção das autoras direciona ao preparo dos profissionais da educação que, na maior parte das vezes, não possuem as habilidades necessárias para trabalhar em prol do melhoramento da compreensão e interação no cotidiano escolar por parte daqueles alunos que necessitam de algum entendimento especializado. Desse modo, Branchi, Winterhalter e Borges (2023) entendem que não pode ser deixado atribuir somente a um eixo de formação a capacitação para o trabalho junto a crianças com necessidades especiais. Na realidade, os autores apresentam a necessidade de que todos os professores, independentemente da sua área de formação, sejam direcionados à um processo de formação que os possibilite desenvolver habilidades para lidar com os mais diversos tipos de necessidades dos alunos, promovendo a inclusão escolar sem qualquer tipo de distinção.

Oliveira e Drago (2012) chamam a atenção para que os profissionais da educação, assim como o corpo escolar, não se deixem levar por pressupostos que direcionem ao erro de exclusão, que é totalmente inverso da inclusão, quando não são adaptadas atividades nas quais todos possam participar de maneira ativa, reduzindo as possibilidades de os alunos interagirem entre si e conseguirem estabelecer relacionamentos sociais.

O quinto estudo, intitulado como “A inclusão do aluno com autismo na educação infantil: desafios e possibilidades”, desenvolvido por Paula e Peixoto (2019), objetivou promover uma reflexão acerca das concepções históricas que têm influenciado o processo de inclusão dos alunos com autismo, apontar os desafios e as possibilidades enfrentados pela

escola perante este processo de inclusão. Através das análises pelas autoras, o educador deve sempre estar em busca de aprimoramento das suas habilidades profissionais. Além disso, as autoras entendem que existem alternativas que possam contornar as dificuldades sentidas tanto pelo professor como pelo aluno, estando diretamente relacionadas “a criação de recursos lúdicos de baixo custo, jogos e a formação continuada” (Paula; Peixoto, 2019, p. 1289).

O sexto estudo, desenvolvido por Carneiro *et. al*, (2021), recebeu como título “Desafios no processo de educação inclusiva para crianças com transtorno do espectro autista”. O referido trabalho foi desenvolvido com o objetivo de analisar os desafios no processo da educação inclusiva para crianças com transtorno do espectro autista, chegando ao resultado de que os principais desafios enfrentados nesse processo estão relacionados à estrutura das escolas, em que se tem emergente carência de tecnologia de ensino e que seja adequada para o suprimento das necessidades dos alunos. Além disso, os autores entenderam que a falta de qualificação dos professores para atenderem esse público é uma das maiores emergências no cenário educacional.

É possível perceber que, segundo alguns autores, como por exemplo Paula e Peixoto (2019), possuem uma percepção de alternativas de baixo custo e rápido alcance para o suprimento de necessidades especiais no âmbito educacional, mas sempre relacionando com a falta de estrutura por parte da escola para com os professores e alunos também. Porém, assim como é necessário para o avanço dos processos, Carneiro *et. al*, (2021) relata que a tecnologia pode contribuir muito para o processo de inclusão de maneira mais abrangente. Desse modo, é possível perceber equilíbrio e um discurso alinhado em relação aos estudos analisados.

Tendo em vista a verificação desse alinhamento de discurso, foi montada a nuvem de palavras apresentada na Figura 1, em que podem ser notados os termos com maior incidência de citação nos artigos:

Figura 1. Nuvem de palavras



Fonte: Da autora, com base nos dados coletados (2023)

Segundo o que pode ser observado na nuvem de palavras extraída do *WordClouds.com*, originada através dos resumos dos estudos analisados, é possível notar que as mais recorrentes são: “educação”, “infantil”, “inclusiva”, “professores”, “dificuldades educacionais”, podendo servir como base para pesquisas futuras e como ponto de partida para novas problemáticas a serem respondidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as análises realizadas, foi possível apresentar e discutir acerca de problemáticas que fazem parte do cenário educacional, no que se refere ao atendimento de alunos com necessidades especiais no ensino infantil. Os resultados indicam que estas problemáticas estão diretamente relacionadas à falta de preparo em relação à formação continuada de professores para o atendimento das necessidades dos alunos. Seis dos estudos avaliados dão ênfase a este aspecto, que estão diretamente relacionados ao professor. Entretanto, não se pode esquecer dos outros fatores que também são relevantes para a completude desse processo, como é o caso da estrutura física das escolas, assim como mencionaram Souto, *et. al*, (2021), além da participação ativa de todo o corpo escolar (Oliveira; Drago, 2012) e o imprescindível subsídio por parte do Estado, que deve oferecer o suporte necessário para que os educadores sintam-se cada vez mais aptos ao atendimento de alunos com necessidades especiais.

Diante de todo o exposto, percebe-se que existem largos passos a serem dados para que a educação inclusiva alcance todos os alunos e, sobretudo, não seja exclusiva para os demais. Entretanto, é fato que, no que se refere à estudos e debates, têm sido notados avanços importantes e que são essenciais para que esse seja um assunto cada vez mais evidente no meio social. Desse modo, conclui-se que pesquisas dessa natureza são relevantes tanto no âmbito acadêmico, pois aumenta o leque de estudos sobre a temática, evidenciando assim a necessidade de que sejam cada vez mais realizados, assim como para a sociedade, pois emerge a possibilidade de alcance de uma educação cada vez mais embasada na equidade e que englobe todos os tipos de alunos, sem qualquer tipo de exclusão, formando assim cidadãos críticos, reflexivos e atuantes no meio em que está inserido.

REFERÊNCIAS

ANTENOR NETO, O. S. *et al.* Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 60, p. 81-92, 2018.

BRASIL. MEC. **Declaração de Salamanca**. Brasília, 1994. BRUNO, Marilda Moraes Garcia. Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: introdução. [4. ed.] / elaboração. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

_____. **Cresce a cada ano o número de crianças atendidas pela educação especial no Brasil**. 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/74371-cresce-a-cada-ano-o-numero-de-criancas-atendidas-pela-educacao-especial-no-brasil> . Acesso em 01 de outubro de 2023.

_____. **Lei 9394, de 23 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

_____. **Declaração De Salamanca: Sobre Princípios, Políticas E Práticas Na Áreas das Necessidades Educativas Especiais**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 01 de outubro de 2023.

_____. **Declaração dos Direitos da Criança**. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br> Acesso em: 01 de outubro de 2023.

_____. **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, Modalidade Educação Especial**. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2009.

BRANCHI, N.; WINTERHALTER, D. F.; BORGES MONZÓN, A. Contribuições para uma formação docente inclusiva: a atuação de uma licencianda em Letras no NAPNE do IFRS. **LínguaTec**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 173–192, 2023. DOI: 10.35819/linguatec.v8.n2.6706

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: introdução. 4. ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

CARVALHO, Rosita Elder. Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CAMARGO, E. P. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 23, p. 1-6, 2017.

DUTRA, A. B. O. **A inclusão crianças especiais na educação infantil**. 2014. 41F. Orientador: Ivana Maria de Medeiros Lima. Monografia (graduação em Pedagogia – modalidade a distância) – UFPB/CE João Pessoa: UFPB, 2014.

FIORINI, Maria Luiza Salzani; MANZINI, Eduardo José. Dificuldades e sucessos de professores de educação física em relação à inclusão escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, p. 49-64, 2016.

FOLHA, D. R. S. C.; CARVALHO, D. A. Terapia Ocupacional e formação continuada de

professores: uma estratégia para a inclusão escolar de alunos com transtornos do neurodesenvolvimento. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 28, n. 3, p. 290-298, 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LOPES, Maura Corcini. (Im) possibilidades de pensar a inclusão. Trabalho apresentado na 30ª Reunião da ANPED. Programa e textos www.anped.org.br/. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), 2007.

LOCKMANN, K.; KLEIN, R. R. Políticas de Educação Inclusiva: fragilização do direito à inclusão das pessoas com deficiência na escola comum. **Revista Educação Especial**, v. 35, p. 1-20, 2022.

MALHEIROS, A. N. S.; FORNER, R.; SOUZA, L. B. Formação de professores em Modelagem e a escola: que caminhos perseguir?. **Revista Brasileira de Educação em Ciências e Educação Matemática**, v. 4, n. 1, p. 01-22, 2020.

OLIVEIRA, A.; DRAGO, S. A gestão da inclusão escolar na rede municipal de São Paulo: algumas considerações sobre o Programa Incluir. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 75, p. 347-372, abr./jun., 2012

PIMENTEL, S. **Formação de professores para a inclusão –saberes necessários e percursos formativos**. In: MIRANDA, Therezinha; GALVÃO FILHO, Teófilo. O professor e a educação inclusiva. Salvador: EDUFBA, 2012

SILUK, Ana Cláudia Pavão (Org.). Atendimento Educacional Especializado-AEE: contribuições para a prática pedagógica. Santa Maria: Laboratório de Pesquisa e documentação - CE. Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

SOUTO, L. C. L. *et al.* Limitações das aulas de Educação Física em decorrência da Infraestrutura na ótica de professores do Ensino Médio público. **Revista de Instrumentos, Modelos e Políticas em Avaliação Educacional**, v. 2, n. 2, p. e021011-e021011, 2021.

SOUZA, R. F. A.; SOUZA, J. C. P. Os desafios vivenciados por famílias de crianças diagnosticadas com transtorno de espectro autista. **Perspectivas em Diálogo: revista de educação e sociedade**, v. 8, n. 16, p. 164-182, 2021.